

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 007/2023.

Estabelece procedimentos relativos ao lançamento e pagamento do IPTU do exercício de 2023 e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas legalmente

CONSIDERANDO, as disposições contidas no parágrafo único do art. 160, da lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional – CTN), que autoriza a legislação tributária conceder descontos pelo pagamento antecipado de tributos.

CONSIDERANDO, a necessidade de correção monetária do valor venal dos imóveis prediais e territoriais urbanos do município de São José de Caiana - PB que serve como base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de incentivar o recolhimento antecipado do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), através da concessão de descontos, estimulando o contribuinte a adimplir suas obrigações tributárias.

DECRETA:

Art. 1º - Para fins de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, do exercício de 2023, ficam atualizados monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no período de janeiro a dezembro de 2022.

Art. 2° - O sujeito passivo que optar pelo pagamento antecipado, em cota única, de Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), fará jus há descontos.

Parágrafo Único – O desconto previsto no caput será de 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido, aos imóveis caso o pagamento seja efetuado até o dia 10 (dez) de Maio de 2023.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de São José de Caiana, Estado da Paraíba, em 08 de março de 2023.

Manoel Poreira de Souza Prefeito Constitucional

